



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Quatro Irmãos
Cidade Símbolo da Imigração Judaica do Brasil

Projeto de Lei Municipal nº 037/25, de 30 de abril de 2025.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
REALIZAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE
EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOÃO PAULO BALBINOT, Prefeito de Quatro Irmãos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, autorizado a contratar 01 (um) Psicólogo(a), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público.

Art. 2º. As atribuições e padrão de vencimento são as especificadas nas atribuições do cargo previstas no artigo 3º, da Lei Municipal nº 1.031/2014, que estabelece o plano de carreira dos servidores, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências.

Art. 3º. A contratação de Psicólogo(a) será de natureza administrativa, com vínculo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS e com os mesmos direitos previstos no art. 236 da Lei Municipal nº 07/2021 (Regime Jurídico), além do vale-alimentação.

Parágrafo único: O (a) contratado (a) de que trata a presente Lei somente terá direito ao adicional de insalubridade previsto no ordenamento legal municipal vigente, se estiver exposto a agentes insalubres previstos em laudo técnico.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Quatro Irmãos
Cidade Símbolo da Imigração Judaica do Brasil

Art. 4º. A contratação excepcional será pelo período de 2 (dois anos), podendo ser prorrogada, nos termos do contido no art. 234 da Lei Municipal nº 007/2001 e se dará mediante a realização de Processo Seletivo Simplificado, conforme edital a ser publicado e que estabelecerá a forma de seleção, se através de prova escrita, de títulos ou sorteio público.

Art. 5º. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela municipalidade, mediante comunicação prévia ao contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica, ficando ainda autorizado ao Chefe do Poder Executivo, proceder às suplementações que se fizerem necessárias para o cumprimento desta Lei.

Parágrafo único: Fica ajustado ainda para custeio das despesas previstas nesta Lei, as projeções dos anexos e metas constantes do PPA e LDO vigentes em razão de previsão orçamentária na LOA.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Quatro Irmãos/RS, 30 de abril de 2025.

JOÃO PAULO BALBINOT
PREFEITO MUNICIPAL



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Quatro Irmãos
Cidade Símbolo da Imigração Judaica do Brasil

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Encaminhamos à apreciação desta Colenda Câmara o presente Projeto de Lei que **autoriza a contratação temporária de um(a) Psicólogo(a)**, por tempo determinado, em razão de **excepcional interesse público**, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

A medida se faz necessária e urgente **em virtude do pedido de exoneração da profissional até então responsável pelo atendimento psicológico no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)** do Município, fato recente que ocasionou lacuna relevante na prestação de serviços essenciais à comunidade.

Cumprе destacar que a atuação do profissional de Psicologia no CRAS é **fundamental para o acompanhamento e suporte psicossocial de famílias em situação de vulnerabilidade**, bem como para o pleno funcionamento das políticas públicas de assistência social. A ausência dessa profissional compromete diretamente a qualidade do atendimento e a execução dos programas sociais ofertados pelo Município.

Além disso, **não há concurso público vigente nem candidatos aprovados em cadastro de reserva para suprir imediatamente a vaga**, o que impossibilita a nomeação regular e impõe, como única solução viável, a contratação temporária, nos moldes aqui propostos, até que seja possível a realização de novo certame.

Ressalta-se que as atribuições do cargo, jornada de trabalho e vencimentos seguem as disposições legais já previstas no Plano de Cargos e Salários do Município, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 1.031/2014, alterada pela Lei nº 1.493/2025, não havendo, portanto, **criação de novo cargo ou impacto adicional ao orçamento além do já previsto**.

Por fim, registra-se que o custeio da contratação está devidamente contemplado nas peças orçamentárias vigentes (PPA, LDO e LOA), estando assegurada sua viabilidade financeira e orçamentária.

Diante da urgência e da relevância da matéria, **solicitamos a apreciação do presente Projeto de Lei em regime de urgência**, conforme autoriza o art. 164 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, reiterando o pedido de apoio e aprovação dos nobres vereadores e vereadoras.

É a justificativa.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de Abril de 2025.

JOÃO PAULO BALBINOT
PREFEITO MUNICIPAL